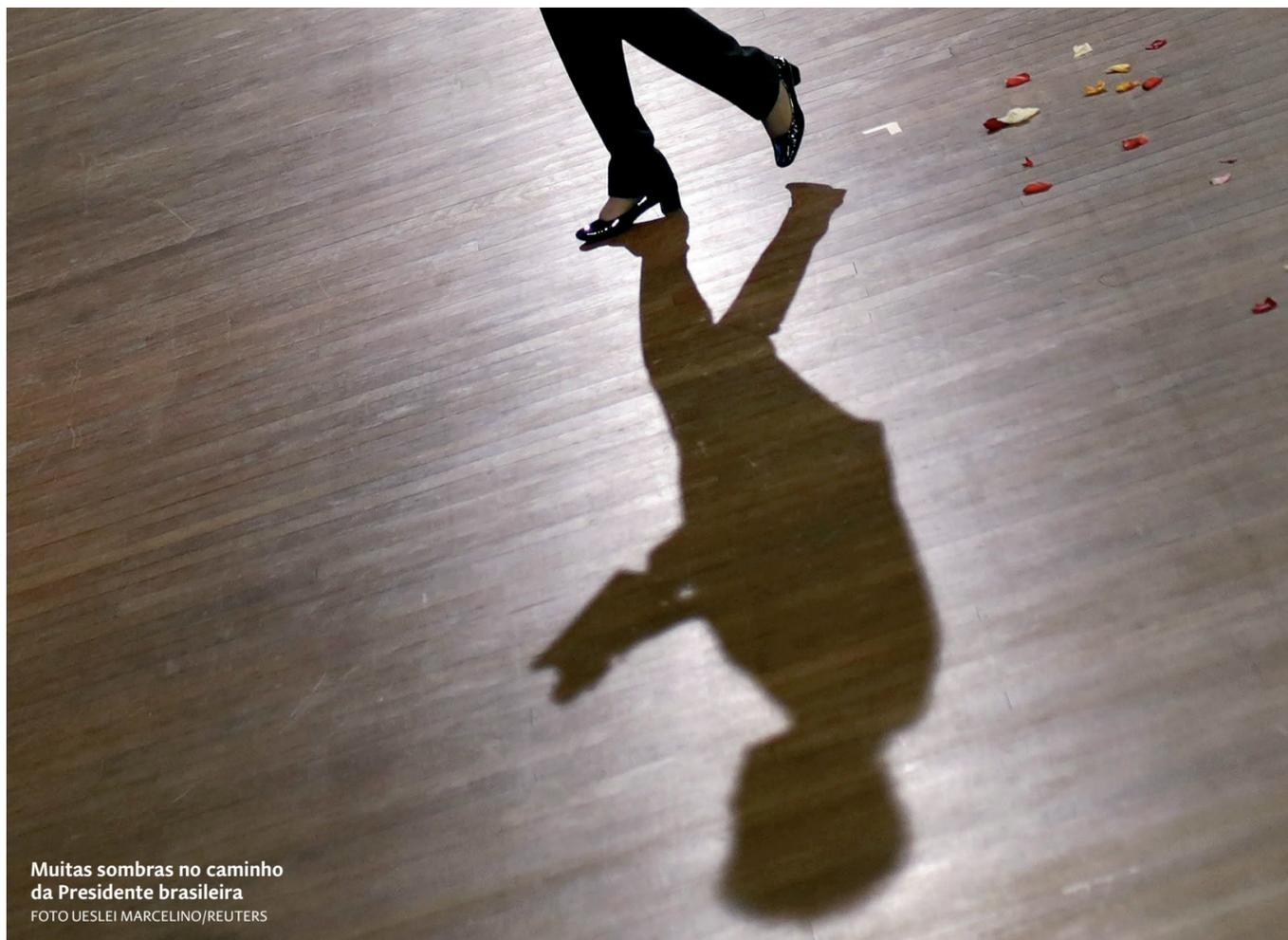


INTERNACIONAL BRASIL



Muitas sombras no caminho da Presidente brasileira
FOTO UESLEI MARCELINO/REUTERS

Pausa Negociações políticas e apelos ao consenso vindos dos meios empresariais reduziram alguma pressão sobre o Governo de Dilma, mas há manifestações marcadas para amanhã

Dilma ganha tempo para respirar fundo

JANES ROCHA

Correspondente no Rio de Janeiro

A aproximação ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), aliviou a crise que abala o Governo desde o início do segundo mandato presidencial, em janeiro. No entanto, os problemas não se encontram resolvidos, e para amanhã estão marcadas manifestações em todo o país contra Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Mas pelo menos a Presidente conseguiu uma hipótese de governabilidade da parte do Congresso, driblando os adversários na Câmara dos Deputados. Estes não são apenas os partidos da oposição, liderados pelo presidente da casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), como partidos supostamente aliados e até parlamentares do PT que têm votado contra projetos do Governo, especialmente fiscais.

Falado na imprensa, nas redes sociais, no Congresso ou em reuniões de empresários, o impedimento da Presidente ainda não fincou pé. Diz a Constituição que o Presidente só pode ser afastado se ficar provado o seu envolvimento em crimes penais ou eleitorais.

Apesar de muitos dos envolvidos na Lava Jato — espécie de Operação Mãos Limpas à brasileira — serem do PT, o procurador-chefe, Deltan Dallagnol, disse na semana passada que até ao momento não há indícios do envolvimento de Dilma.

Já o Tribunal de Contas da União (TCU) pode vir a rejeitar o relatório sobre o último ano do primeiro mandato de Rousseff, por causa de ope-

rações entre o Tesouro Nacional e os bancos públicos, configurando empréstimos ilegais ao Governo, aqui chamados “pedaladas fiscais”. Uma eventual rejeição das contas também é motivo de abertura de um pedido de destituição, que teria sempre de passar por um processo político. Porém, na quinta-feira, o TCU deu mais 15 dias à defesa de Rousseff.

Há uma conjugação de esforços para reequilibrar o Governo. Os encontros entre Renan Calheiros e os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planeamento, Nelson Barbosa, começaram na segunda-feira, continuaram na terça com a presença de outros 35 senadores e entraram pela noite de quarta-feira com o ex-Presidente Lula e a cúpula do Governo e do PMDB num jantar em Brasília.

Das reuniões saiu uma lista de propostas ao Congresso, já chamadas Agenda Brasil ou Pacote Renan. Inclui 43 medidas que, segundo a “Folha de São Paulo”, passam por melhorar o ambiente de negócios, equilíbrio fiscal, proteção social e reforma administrativa.

As mais importantes são a oneiração da folha de salários das empresas, reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, uma taxa estadual) e um projeto de repatriação de dinheiro brasileiro depositado no exterior.

Preveem-se estímulos às exportações, fixação de idade mínima de reforma e definição de limites ao endividamento da União. Idem para a redução do número de ministérios e cargos de primeiro e segundo escalão e para revisões do financiamento da saúde e educação.

Banqueiros preocupados

Marta Arretche, do Centro Brasileiro de Análise e Planeamento, lembra que empresários e banqueiros expressaram receios de descarrilamento da economia devido à política e à batalha por interesses pessoais em Brasília.

Arretche acha a situação da Presidente (baixa de popularidade e ameaça de destituição) difícil mas não intransponível. “Pode ser com-

parada a Obama, que teve problemas com o apoio do Congresso à reforma da saúde [Obamacare] mas superou o impasse.”

Para a investigadora, não há comparação com a situação do ex-Presidente Collor de Mello, destituído em 1992. Primeiro por não haver envolvimento da Presidente na Lava Jato. Segundo, porque Collor estava isolado e nenhum partido o apoiava.

Houve oito trimestres de retração do PIB, o mais longo declínio da economia desde 1985, segundo o Comité de Datação de Ciclos Económicos. Mesmo com os juros no maior patamar dos últimos dez anos, a inflação não cai.

Na terça-feira, a agência Moody's baixou a notação do Brasil (de Baa2 para Baa3) mas manteve a perspetiva estável, o que significa que o país não perdeu o chamado grau de investimento. “A mudança na avaliação da Moody's era esperada”, lembrou o economista Luiz Fernando de Paula, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Para este economista, embora os fundamentos da economia brasileira se tenham deteriorado, a situação está longe da de países como Grécia ou Espanha.

Enquanto o Brasil estagna com a crise política e a Rússia com os embargos americanos e europeus (fora os problemas internos), a China fez uma histórica desvalorização da moeda. Aos poucos, os chamados BRIC vão perdendo brilho, com exceção da Índia e África do Sul.

Segundo Luiz Fernando de Paula, “a desvalorização do yuan é ruim para o Brasil”. Porém, as exportações brasileiras dependem mais do ritmo de crescimento da economia chinesa do que do câmbio. Além disso, o real está a desvalorizar, o que melhora as contas externas.

internacional@expresso.imprensa.pt

Guerra e Paz

Miguel Monjardino
miguelmonjardino@gmail.com



BRIC EM TRANSIÇÃO

Corrupção e tempestade política no Brasil, rublo-dólar nos 64,23, dúvidas em relação à capacidade de Nova Deli conseguir reformar a economia indiana, sobressalto internacional com a desvalorização da moeda chinesa. De repente, há dúvidas em relação aos BRIC.

Este grupo de estados continuará a querer aumentar a sua representação, poder e influência nas instituições internacionais e a constranger a margem de manobra de Washington no sistema internacional. Mas para tentarem concretizar este objetivo terão de levar a cabo reformas políticas e económicas importantes. E aqui há diferenças importantes entre eles.

Começando pelo Brasil, vemos que o Partido dos Trabalhadores montou o maior e mais escandaloso esquema de corrupção na história do país. Dilma Rousseff é a Presidente mais impopular da democracia brasileira. Os problemas económicos e orçamentais são evidentes. O mesmo pode ser dito das dificuldades políticas que vão aparecendo como cogumelos à medida que as investigações judiciais vão avançando. Mesmo assim, há várias coisas a favor do Brasil. É uma democracia vigorosa. As investigações contra a corrupção institucionalizada no poder político mostram que existem no país instituições independentes determinadas a cumprir o seu papel. Isto é encorajador.

Pequim está a fazer duas coisas. A transição de um modelo económico assente na exportação e na explosão do crédito para o consumo interno continua mas, como era de esperar, não será fácil do ponto de vista político. A pequena desvalorização do renminbi esta semana não me parece colocar em causa esta mudança. Aqui os objetivos da liderança chinesa parecem-me ser estimular a sua economia e conseguir que o renminbi faça parte do cabaz de moedas do Fundo Monetário Internacional. Para que isto aconteça é necessário começar o processo de liberalização da moeda.

Os números ajudam-nos a compreender a dimensão do desafio de Nova Deli. A Índia tem cerca de 600 milhões de pessoas entre os 0-24 anos. Conclusão: cerca de um milhão começa a procurar trabalho todos os meses. Leu bem — um milhão todos os meses! Como é que a maior democracia do mundo vai reformar a sua economia e construir a infraestrutura para uma economia moderna?

O caso mais preocupante é a Rússia. Moscovo é uma capital cada vez mais fraca do ponto de vista político e económico e paranoica em relação ao exterior. O contrato político entre o Kremlin e a sociedade está sob pressão. A dependência em relação à exportação de petróleo e gás natural impede a modernização da economia. Putin vai improvisar para tentar garantir a sobrevivência do regime. O líder russo não é um estrategista mas sim um surfista que gosta de correr riscos e apanhar a última onda ao mesmo tempo que desafia todas as regras. Uma das consequências da fraqueza da Rússia será provavelmente mais instabilidade e violência na fronteira leste da Europa.